

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA UFABC

Às 9h00 do dia dezoito de abril de 2013, tendo por local a sala de reunião do Bloco A do campus Santo André, foi realizada a primeira reunião da CPCI (Comissão Permanente de Classificação da Informação), com o objetivo de iniciar a discussão sobre temas acerca da classificação das informações da Universidade como sigilosas ou não em conformidade com o Decreto 7724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação. Estiveram presentes os membros da comissão representados por Leonel Sampaio (PROPLADI), Expedito Nunes (Comissão de Ética), Rosana Carvalho (Auditoria), Denise Consonni (PROGRAD) e César Guarido (Arquivo Central), além de Eneias Barbosa (PROGRAD) e Cindi (PROPLADI) como participantes.

Cada membro recebeu cópias da portaria que institui a Comissão, modelo do TCI (Termo de Classificação de Informação), listagem preliminar de classificação de informações sigilosas enviadas pelas seguintes áreas: PROGRAD, CECS, PROPG e Comissão de Ética.

A reunião iniciou-se com uma breve consideração sobre o histórico da implantação da Lei de Acesso à Informação, em maio de 2012, onde houve uma mudança em relação ao modo de tratar as informações públicas, de que todo cidadão têm direito ao acesso a qualquer informação das instituições públicas. Deste modo ressaltou-se que manter o sigilo sobre as informações passou a ser mais difícil. Recapitulou-se a necessidade de classificação das informações sigilosas por todas as áreas da Universidade para atender ao prazo dado pelo decreto 7724/2012, em seu artigo 45, até o dia primeiro de junho de 2013 de publicar em seu sítio da Internet o primeiro rol de informações classificadas como sigilosas. Assim, é importante que o mapear o máximo de informações e documentos possíveis, para minimizar problemas futuros, embora seja possível a atualização e reclassificação de informações com certa periodicidade.

Nesse contexto, comentou-se o papel da CPCI nesse processo, sua composição e suas atribuições por meio da consideração da Portaria UFABC nº 203, de 04 de abril de 2013, que cria a Comissão. Estabeleceu-se entre os presentes que a formalização da data de instalação da Comissão como dezoito de abril de 2013, dia da primeira reunião. Foi realizada também a eleição do presidente da Comissão e de seu suplente. De comum acordo entre todos os presentes, ficou estabelecido que Leonel (PROPLADI) seria presidente e seu suplente, Expedito (Comissão de Ética). Sugeriu-se também criação de um regimento interno da CPCI e realizar ajustes na própria portaria que a institui. Levantou-se a questão de quanto tempo permaneceriam os representantes da comissão, dada algumas especificidades tais como dos representantes da Auditoria, qual órgão de gestão, poderia apenas participar nas discussões no primeiro momento de estabelecer primeira classificação das informações sigilosas. Colocadas essas

questões, acordou-se que posteriormente discutir-se-iam possíveis alterações no documento se necessário.

Formalizou-se que para que as reuniões aconteçam e tenham validade, deverão ter um quórum mínimo de três participantes.

Na sequência, procedeu-se uma consideração geral sobre os graus de sigilos e quais casos previstos na legislação seriam aplicáveis às informações e documentos produzidos na UFABC. Comentou-se que no caso da universidade, as informações seriam no máximo de grau reservado quanto ao seu sigilo, no que concerne à lei 12.527/2011. Haveria também casos na universidade como os das informações de caráter pessoal, já previstas na legislação.

Levantou-se questão de como as informações seriam disponibilizadas. Após uma discussão sobre quais partes de um documento deveriam ser disponibilizadas ou não e sobre como proceder a essa análise, surgiram questionamentos pertinentes sobre casos específicos. Por exemplo, se entre os dados sobre bolsas e auxílios pagos pela Universidade, deveria constar nome dos alunos, e dos valores repassados, por se tratarem de recursos públicos. Mencionou-se também sobre os projetos científicos desenvolvidos, em convênio com outros órgãos/institutos: que os dados da pesquisa em si seriam sigilosos, mas as informações sobre os convênios são públicas. Sugeriu-se colocar separadamente as partes não sigilosas de um processo, no caso de bolsas e auxílios, ou também dividir os processos criando somente processos para pagamento de bolsas, por exemplo.

O foco seria tratar de possíveis pedidos que cheguem via SIC e ser específico sobre o tipo de informação que não poderia ser imediatamente disponibilizado em casos omissos. Salientou-se também a importância de realizar tal classificação de acordo com as especificidades de cada área.

Dos temas abordados, determinaram-se os seguintes encaminhamentos para o próximo encontro:

- Pesquisa sobre o correto preenchimento do TCI e o significado de cada campo e consultar a CGU sobre o tema.

- Pesquisar outras instituições federais para procurar exemplos de como estão fazendo a classificação das informações e se já estão disponibilizando em seu *site* e como essa disponibilização é feita.

- Pesquisa com a CGU a respeito da disponibilização de informações de bolsas estudantis com caráter assistencial (socioeconômico);

- Rosana (Auditoria) ficou de encaminhar para os todos os envolvidos, por e-mail, portaria recente publicada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) classificando informações.

- Sobre a questão das informações de bolsas e auxílios, recomendou-se consultar a PROAP para obter parecer sobre os procedimentos e possíveis restrições destas e convidar membros para participarem do próximo encontro.

Dados os encaminhamentos, estabeleceu-se a data de 24 de abril de 2013, às 10h00, a data do próximo encontro da CPCI, tendo como local a sala de reuniões da PROPLADI, no 5° andar, da unidade Catequese.